

MARIANNA GONÇALVES LIMA

O COOPERATIVISMO COMO UMA ALTERNATIVA AOS TRABALHADORES

Trabalho final apresentado à disciplina de  
Monografia do curso de Ciências Econômicas,  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito parcial para a conclusão do Curso.

Orientador: Prof. Wellington Pereira

CURITIBA

2011

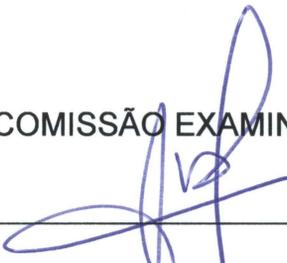
MARIANNA GONÇALVES LIMA

O COOPERATIVISMO COMO UMA ALTERNATIVA AOS TRABALHADORES

Monografia apresentada junto ao Curso  
de Ciências Econômicas da Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial  
à obtenção do título de Bacharel.

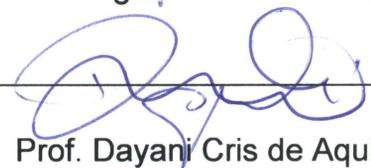
Orientador: Prof. Wellington da Silva Pereira

COMISSÃO EXAMINADORA



---

Prof. Wellington da Silva Pereira



---

Prof. Dayani Cris de Aquino



---

Prof. Dra. Denise Maria Maia

Curitiba, 22 de dezembro de 2011

## RESUMO:

O objetivo desse texto é analisar se o cooperativismo pode ser considerado uma alternativa viável aos prejudicados sistema econômico atual. Para isso, primeiro apresenta-se o conceito de economia solidária e como uma instituição, baseada nessa teoria, deveria funcionar. Depois disso é apresentado a condição de vida do trabalhador brasileiro. Ainda apresenta-se o cooperativismo, seus conceitos e práticas e como este pode melhorar o padrão de vida das pessoas. Por último, casos de sucesso são mencionados, para validar os argumentos apresentados anteriormente. Conclui-se a que, apesar de trazer benefícios, o cooperativismo não é inteiramente livre de anseios individuais e, cada indivíduo deve proceder com uma análise individual, para saber se no seu caso, os benefícios do cooperativismo superam os malefícios.

Palavras-Chave: Cooperativismo, Economia Solidária, Qualidade de Vida

## ABSTRACT:

The point of this work is analyze if the co-operativism may be considered as a viable alternative to people who are damaged by the present economic system. For that, it is first explained the economic solidarity's concept and how an institution, based on this theory, should work. After that, the brazilian worker condition of life is introduced. Then co- operativism is mentioned, its concepts and praticals and how it can improve people's life. For last, some succeeded cases are presented to validate used arguments. It is concluded that, besides the benefits, he co-operativism is not individual's desire entirely free and each individual must procede with an individual analysis, in order of knowing if in his case, the co-operativism benefits succed the bad effects.

Key Words: Co-operativism, Solidarity Economic, Life's Quality

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>6</b>
2.1 DEFINIÇÃO.....	6
2.2 A AUTOGESTÃO E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES.....	7
2.3 PRINCÍPIOS GERAIS.....	8
<b>3 A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR ATUAL.....</b>	<b>10</b>
3.1 O SALÁRIO MÍNIMO.....	10
3.2 A DESIGUALDADE SOCIAL.....	11
3.3 OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.....	13
3.4 UM PANORAMA GERAL.....	13
<b>4 SOBRE O COOPERATIVISMO.....</b>	<b>15</b>
4.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	15
4.2 SITUAÇÃO ATUAL DAS COOPERATIVAS.....	16
4.3 BENEFÍCIOS AOS COOPERADOS.....	17
<b>5 COOPERATIVAS DE SUCESSO.....</b>	<b>20</b>
5.1 COOPERATIVA AURORA.....	20
5.2 COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA.....	21
5.2.1 Comprometimento com os cooperados.....	22
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente mais de 90% das nações são geridas pelo sistema capitalista, alguns podem recordar MARX (2006) em sua conclusão de que o capitalismo teria como linha de chegada uma definitiva crise, onde o dinheiro e o poder estariam nas mãos de poucos e o proletariado, mais pobre do que nunca, faria uma revolução para a tomada do poder, instituído assim a chamada “ditadura do proletariado”. Pode ser que essa crise final de Marx ainda esteja longe ou nunca chegue a acontecer, porém, o que acontece é que outras formas de organização socioeconômica estão sendo desenvolvidas com o intuito de melhorar a condição em que as classes mais baixas na pirâmide social, se encontram.

De acordo com Singer (2002) a economia solidária parte do princípio de cooperar ao invés de competir. Nesse regime de cooperação todos que participam de um processo de produção são sócios, participando por igual dos lucros ou prejuízos. Essas instituições têm como característica o desenvolvimento de toda a sociedade em que se encontram, possuem forte apreço pela responsabilidade social e pretendem desenvolver formas de aumentar a qualidade de vida das classes menos providas de recursos financeiros.

Na economia solidária o bem estar coletivo é sempre colocado frente ao bem estar individual e o desenvolvimento do ser humano é mais importante do que a acumulação do capital.

Uma das formas de organização de modelo mencionado acima é o cooperativismo. Nele, os trabalhadores se associam a fim de conseguir melhores condições de produção e negociação do seu trabalho, assim como desenvolver uma rede que gere emprego e renda para os cooperados e sociedade local, trazendo dinâmica para a economia.

O objetivo desse trabalho é justamente trazer à luz a discussão em torno da economia solidária. Ao analisarmos a condição em que a massa trabalhadora está vivendo hoje, será possível alcançar maior conforto ao abraçar os princípios de cooperação, solidariedade e sustentabilidade? Os princípios da economia solidária, além de politicamente correto, são de viável implantação? Trazem resultados? Falaremos mais especificamente das cooperativas, trazendo o retrato

dessa forma de organização hoje no Brasil e mostrando como, e se, elas podem ser uma alternativa.

No primeiro capítulo esta a discussão em torno dos princípios da economia solidária, quais são seus principais objetivos e características. No segundo capítulo há a apresentação da condição em que os trabalhadores estão vivendo hoje, quais são seus principais anseios e como conseguem seu sustento. A discussão corre, principalmente, em torno do salário mínimo, desigualdade social e presença dos jovens no mercado de trabalho. No terceiro capítulo esta a situação das cooperativas brasileiras, como elas estão se desenvolvendo e quais os benefícios que estão trazendo para seus associados e para a comunidade em que se encontram. No quarto e último item há a apresentação de dois casos de sucesso, das cooperativas Aurora e COAMO, como elas começaram e como se encontram atualmente.

## 2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com Paul Singer (2002) a economia solidária é uma forma de organização que parte do princípio da cooperação. Ao contrário do que se espera do sistema capitalista, que parte do princípio da competitividade, visando o acúmulo de riquezas, a economia solidária visa a repartição igualitária dos ganhos entre todos os envolvidos no processo de produção.

A lógica da economia solidária é a supressão das necessidades do grupo e não acumular dos lucros (SINGER, 2002)

### 2.1 DEFINIÇÃO

Ainda de acordo com Singer (2002) podemos definir uma economia solidária como um conjunto de atividades, desenvolvido por um grupo de pessoas, que visa produzir, distribuir e consumir certo número de produtos. A definição crua nos traz um conceito meio abstrato, mas que se pretende trazer maior clareza ao longo desse texto.

De acordo com o material disponível no site do ministério do trabalho, o interessante é termos sempre em mente que esse tipo de organização se faz para a geração de emprego e renda, partindo do trabalho coletivo, da autogestão e de diversas formas de compartilhar os ganhos e os meios de produção.

Estamos falando em desenvolvimento sustentável em comunidades carentes, não privilegiadas pelo sistema econômico atual e que precisam encontrar um meio para suprir suas necessidades e encontrar prosperidade.

Adam Smith em seu trabalho "*A Riqueza das Nações*" afirma que, no sistema capitalista, as vontades e necessidades do indivíduo estão sempre acima das vontades e necessidades do grupo como um todo (SMITH, 2003). Esse é um dos aspectos em que a economia solidária mais diverge do sistema econômico atual.

Aqui o princípio da coletividade é o conceito mais importante. Os meios de produção são coletivos, assim como a gestão dos serviços e bens produzidos.

A economia solidária, dentro do seu funcionamento, ainda traz diversos princípios comuns ao desenvolvimento sustentável como o comércio justo, a responsabilidade social das empresas, a não distinção de sexo, etnia e raça, as empresas de inserção e o compromisso com o desenvolvimento da comunidade como um todo, e não das empresas ou setores específicos.

Laville (2004) define economia solidária como um conjunto de atividades que surgem devido aos problemas sociais, geridas democraticamente, onde os interesses humanos prevalecem frente aos interesses econômicos e materiais.

Já o trabalho de França (2002) enxerga a economia solidária como uma forma de organização que nasceu para restaurar a ética e a responsabilidade social da economia, a fim de trabalhar contra a desigualdade social, a pobreza e a exclusão. Trata-se dos indivíduos reconhecendo os limites de sua liberdade e alcançando seu potencial máximo, convergindo os frutos desse para a sociedade como um todo. Além disso, esse indivíduo reconhece o direito e as responsabilidades de todos os integrantes da sociedade.

Podemos verificar a definição de Singer (2002), França (2002) ou Laville (2004), de qualquer forma há uma incompatibilidade com o sistema econômico atual e com individualismo presente nele. Em qualquer uma das definições podemos encontrar comprometimento com a igualdade entre os indivíduos, tanto na esfera social quanto na esfera econômica.

De qualquer forma, o conceito de economia solidária ainda é relativamente novo e em construção. Experiências estão sendo conduzidas e analisadas, ao redor de todo o mundo, para que se aprimore o sistema e os benefícios provindos dele. Porém, podemos concluir que a economia solidária está fortemente estruturada em cima dos princípios de sustentabilidade, preservação do meio ambiente, respeito às diferenças, desenvolvimento de comunidades carentes, gestão coletiva e cooperação.

## 2.2 A AUTOGESTÃO E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES

A autogestão dos processos de produção e dos bens e serviços produzidos é o pilar que sustenta a economia solidária. Diferentemente do que acontece no

sistema capitalista, no modelo de sistema solidário o controle dos processos de produção e dos meios de produção, em tese, deve estar nas mãos dos próprios trabalhadores, ou seja, todos são sócios do negócio. Há uma preocupação com que nesse sistema desapareça a visão patrão/empregado e, o tipo de relacionamento entre os participantes da empresa fique estritamente horizontal, não existindo ordens a serem dadas ou obedecidas, e as decisões sendo tomadas em conjuntos, por todos os sócios.

Conforme contato feito com duas cooperativas da região sul, quando as cooperativas são de pequeno porte, as decisões são tomadas em pequenas assembleias, levando em consideração o voto de todos. Conforme a empresa vai crescendo e cresce o número de sócios, fica pouco viável reunir todos cada vez que uma decisão precisa ser tomada, nesses casos, os sócios elegem alguns delegados que ficam encarregados de se reunir e tomar as decisões menores sozinhos.

Cabe ressaltar que qualquer processo de tomada de decisão dentro de uma empresa solidária deve ser feito democraticamente, seja através do voto de cada associado ou de cada delegado.

Singer (2002) acredita que esse processo de tomada de decisão faz surgir outra diferença substancial entre o sistema solidário e o capitalista. Isso porque quando um sócio de uma empresa solidária precisa tomar uma decisão, ele precisa ter ciência de como todas as partes do processo funcionam, para conseguir decidir pela melhor solução para a empresa como um todo e não para somente para sua especialidade. Já os empregados do sistema capitalista geralmente só entendem da sua parte do processo, alienando todas as outras fases que o produto/serviço precisa passar até alcançar sua conclusão.

## 2.3 PRINCIPIOS GERAIS

Em junho de 2003 ocorreu a III Plenária Brasileira de Economia Solidária onde foi oficializada a “*Carta de Princípios da Economia Solidária*” que estabelece os princípios gerais da economia solidária, que independem de origem ou cultura, são eles:

1. A valorização social do trabalho humano;
2. A satisfação plena das necessidades de todos como eixo do processo;
3. O reconhecimento do espaço fundamental da mulher em uma economia baseada na solidariedade;
4. Uma relação sustentável com o meio ambiente;
5. Os valores de cooperação e solidariedade.

Ainda de acordo com o documento, devemos esperar os seguintes aspectos de uma economia solidária:

1. Que a principal riqueza do processo seja o capital humano e não o capital dinheiro;
2. Essa prática, inspirada em valores de solidariedade, deve ter como sujeito e finalidade do processo o ser humano e suas necessidades, nunca a acumulação de riquezas e capital particular;
3. A unidade de produção e reprodução de ganhos, igualmente entre todos os participantes;
4. A busca da mesma qualidade de consumo para os cidadãos situados no centro e na periferia do sistema;
5. O comprometimento com a qualidade de vida dos seus membros e com a preservação de todo o ecossistema;
6. O combate a exclusão social, gerando emprego e renda para a satisfação das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção de uma forma que elimine as desigualdades gritantes dentre os cidadãos promovendo uma sociedade mais humana.

### 3. A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR

Entender a condição que a população vive hoje é da mais alta necessidade para se entender porque formas de organização solidária podem ser de bastante interesse para a classe trabalhadora. Suas necessidades estão sendo supridas? Seu padrão de vida está subindo na mesma velocidade que o padrão dos donos dos meios de produção? Com o salário que estão recebendo conseguem alimentar sua família? Seus filhos têm acesso à educação e saúde?

Nesse trabalho não cabe a avaliação da condição dos trabalhadores no mundo inteiro, fugiria do escopo desse trabalho. Restringir-nos-emos a análise à situação do trabalhador brasileiro.

#### 3.1 O SALÁRIO MÍNIMO

Segundo um estudo publicado pela Unicamp em abril de 2010 (QUADROS, 2010), no período de 2004 a 2008, a mobilidade social dos trabalhadores foi bastante dinâmica, porém, apenas na parte de baixo da pirâmide.

O estudo dividiu a população em 5 estratos: miseráveis, massa trabalhadora, baixa classe média, média classe média e alta classe média. Dentro desses estratos verificou-se uma forte mobilidade positiva entre a classe miserável e a baixa classe média. Ou seja, um grande número de pessoas deixou a miséria e passou a integrar a massa trabalhadora e, uma grande parte da massa trabalhadora deixou seu estrato e foi rumo à baixa classe média. A partir daí a transferência das classes mais baixas para as classes mais altas é inexpressiva.

Quadros (2010) ainda ressalta que essa mobilidade na base da pirâmide foi alcançada através da manutenção de um elevado número de desempregados concentrados nas camadas baixa classe média e massa trabalhadora.

Sobre essas classes citadas, que se situam na base da pirâmide, sua remuneração geralmente se faz no salário mínimo. O estudo do economista Quadros (2010) apresenta a classe mais baixa (considerada miserável) vivendo com menos de um salário mínimo por família, já a massa trabalhadora vai de um

a dois salários mínimos por família, e a baixa classe media se sustenta com dois a quatro salários mínimos por família.

Mas sobre o salário mínimo, será que ele consegue suprir as necessidades dos trabalhadores e daqueles que dependem do seu salário? De acordo com uma pesquisa feita por economista Oliveira (2007), partindo de 2006, o aumento do salário mínimo foi de 38%. Porém apesar de haver um ganho, os salários continuam baixos e não atendem as necessidades da população.

A constituição brasileira de 1988, em seu capítulo sobre Direitos Sociais, seção 6, discorre sobre o direito do trabalhador em receber o salário mínimo e, esse salário, deve ser suficiente para suprir as necessidades do trabalhador e seus dependentes, com relação à moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Hoje, o salário mínimo está fixado em R\$ 545,00 e, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para que a população consiga com que todos os seus direitos, garantidos em constituição, sejam exercidos, o salário mínimo, em agosto de 2011, deveria ser de R\$ 2.278,77, ou seja, mais de quatro vezes o valor da remuneração vigente.

### 3.2 A DESIGUALDADE SOCIAL

No item anterior apresentamos a mobilidade nas classes mais baixas e o aumento do salário mínimo. Mesmo com o fato do aumento de renda das classes mais baixas infelizmente não verifica uma melhor distribuição da renda do país como um todo.

De acordo com o relatório da ONU (PNUD, 2010), o Brasil possui o terceiro maior índice de desigualdade social do mundo. Em termos leigos, estamos em terceiro lugar quando falamos em maior distância entre a classe mais alta e a classe mais baixa.

Ainda segundo o relatório, os mais afetados por essa péssima distribuição de renda são as mulheres (que ainda recebem muito menos do que seus equivalentes masculino), os negros e os índios. Verificou-se que 5,1% das

peças de raça branca vivem com menos de 30 dólares por mês e, quando falamos em raça negra e indígena, esse número sobe para 10,6% (PNUD, 2010).

Ainda sobre dados dos estudos, foi apontado como principais motivos para a desigualdade social brasileira: a falta de acesso à educação, a política fiscal injusta, os baixos salários e a dificuldade com que os habitantes se deparam ao necessitar de serviços básicos como saúde.

Sobre uma forma de pobreza hereditária, ou seja, famílias que ainda se encontram na miséria com o passar de gerações, a ONU apontou que no Brasil, 58% da população mantém seu nível de pobreza por pelo menos 2 gerações. Para termos outro número para comparar, no Canadá esse índice é de 19% (PNUD, 2010).

A desigualdade de renda no Brasil é gerada pela desigualdade educacional, dessa forma, a solução que temos para diminuir a desigualdade é educando a população (FERRREIRA, 2010). E como anda a educação no Brasil?

A taxa de alfabetismo funcional no Brasil, em 2009, era de 20,3%. Ou seja, mais de 20% da população consegue decodificar as letras, mas não entende o que lê. E, ainda no ano de 2009, 8,9% da população brasileira ainda era analfabeta (IBGE, 2010)

Ainda de acordo com o site do IBGE, hoje apenas 9 em cada 100 habitantes possuem diploma universitário no Brasil e, dos 153 milhões eleitores registrados, 53% não concluiu o ensino fundamental.

Segundo o censo 2010 (IBGE, 2011), os maiores índices de escolaridade se encontram nas faixas até 14 anos. No ensino médio o índice baixa mais de 10% e, dos que conseguem concluir essa etapa, menos de 15% entram na faculdade. Ainda segundo o censo de 2010 os filhos das pessoas com maior índice de escolaridade costumam seguir o exemplo dos pais, o contrário também acontece, quanto menos educado é o pai, menos o filho fica na escola, o nível de escolaridade dos pais influencia em 55% o nível de escolaridade dos filhos (BETTO, 2011)

São níveis de educação mais elevados que promovem o combate contra a desigualdade social, fazendo com que precisemos aumentar consideravelmente o número dos nossos universitários e técnicos do ensino médio para começarmos a

enxergar alguma melhora em relação a distribuição de renda e conseqüentemente na qualidade de vida dos trabalhadores (FERREIRA, 2000).

### 3.3 OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo dados do censo de 2010, a participação dos jovens de 15 a 19 anos no mercado de trabalho é de 52%. Um valor muito alto se consideramos que esses jovens deveriam estar concentrados em sua educação, para que pudessem alcançar níveis de escolaridade mais elevados e melhorar a renda de sua família.

Ao entrarem cedo no mercado de trabalho a maioria desses jovens negligencia sua escolaridade, diminuindo drasticamente suas possibilidades de alcançar níveis de renda expressivos para subir na pirâmide das classes sociais.

Essa entrada prematura no mercado de trabalho muitas vezes vira um círculo vicioso, pais com baixa escolaridade alcançam baixos salários que suprem apenas as necessidades básicas da sua família, os filhos dessa família, ao alcançarem a idade mínima exigida pelo mercado de trabalho, resolvem adentrar a esse, com o intuito de melhorar minimamente o padrão de vida de sua família. Esses jovens negligenciam sua escolaridade e acabam atingindo, na idade adulta, os mesmos baixos salários de seus pais, forçando seus filhos a entrarem cedo no mercado de trabalho, formando então um círculo vicioso (FERREIRA, 2000)

### 3.4 UM PANORAMA GERAL

Apesar da melhora ocorrida nos últimos anos a situação do trabalhador brasileiro ainda está longe de poder ser considerada confortável.

De acordo com dados do IPEA, entre 2001 e 2008, a renda dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais rápido do que a dos 10% mais ricos. Entretanto, apesar desses dados passarem a impressão de um cenário otimista, ainda segundo dados do IPEA há 25 anos que outro índice não se altera: metade da renda total do Brasil esta em mãos dos 10% mais ricos do país. E os 50% mais pobres dividem entre si apenas 10% da riqueza nacional (IPEA, 2010)

O objetivo deste capítulo é ilustrar, sinteticamente, a situação do trabalhador brasileiro, porém, mais importante, é se saber o que eles conseguem obter ou onde conseguem chegar com o fruto do próprio trabalho. Nesse aspecto, dentro das informações fornecidas nos itens acima devemos ter em mente que, de acordo com dados do IPEA (2010), do total da renda da família brasileira, 20% foi proveniente de programas de transferência de renda do governo, tais como aposentadorias e o Bolsa Família. Com esse dado podemos perceber que uma boa parcela dos trabalhadores, mesmo vivendo em situação de privação e pobreza, não consegue somente com o fruto do próprio trabalho, até para viver em condições limitadas precisam da ajuda do governo.

Temos ainda a desigualdade social brasileira como um grande obstáculo para a elevação da renda das classes mais baixas. Essa desigualdade contempla as classes mais baixas com baixos salários e desemprego. Além disso, também temos o cenário atual empurrando os jovens, ainda em idade escolar, para o mercado de trabalho.

O censo de 2010 já mostra uma melhora no cenário, com um aumento significativo das crianças e adolescentes matriculados na escola, assim como o aumento do número dos universitários. Também temos os programas governamentais de transferência de renda iniciados pelo governo Lula e que hoje, de acordo com dados do IBGE, já tiraram 16 milhões de pessoas da miséria.

O problema é que tirar 16 milhões de pessoas da miséria não é suficiente, apesar do cenário favorável para a população nacional, com taxas positivas de crescimento da economia e uma melhoria lenta nos índices de desigualdade, quando se observa os indicadores sociais do Brasil, como nível da qualidade do ensino, a situação é bastante ruim, sendo que a população precisa de desenvolvimento social e qualidade de vida o mais rápido possível.

## 4. SOBRE O COOPERATIVISMO

O cooperativismo é uma das formas mais clássicas da economia solidária. Nele enxergamos seus traços mais importantes como o cooperar entre os associados, o trabalho coletivo, a autogestão dos processos e dos meios de produção.

O cooperativismo é uma forma de organização socioeconômica que tem como objetivo unir desenvolvimento econômico e bem estar social. O sistema visa as necessidades do grupo e não lucro, além de ter como motor a união das pessoas e a propriedade conjunta.

Conforme apresentado no item anterior, a situação social do Brasil não é favorável para as classes mais baixas. A dificuldade de ter acesso a um nível melhor de renda é expressiva, dessa forma, os trabalhadores devem procurar alternativas para a elevação do seu poderio financeiro.

Nesse cenário o cooperativismo pode ser uma das alternativas. Aliando a conhecimento adquirido através da experiência dos trabalhadores, com os princípios de solidariedade e gestão coletiva, os cooperados podem encontrar melhorias na sua qualidade de vida, se comparado a qualidade atingida quando são apenas empregados, vendedores da sua força de trabalho.

### 4.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

A Primeira cooperativa de que se tem registro surgiu em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em 1902, surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul e, a partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários. Os responsáveis por essas cooperativas agropecuárias eram em sua maioria imigrantes de origem alemã e italiana, que trouxeram consigo a experiência de atividades familiares comunitárias (OCB, 2011)

Em 2 de dezembro de 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Lei 5.5764/71 disciplinou a criação de cooperativas, porém

restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo.

O cooperativismo brasileiro entrou no século 21 enfrentando o desafio da comunicação. Hoje já existem entidades de ensino cooperado (como o SESCOOP), entidades que ensinam a população sobre o cooperativismo, sua implantação e manutenção, assim como as melhores práticas.

## 4.2 SITUAÇÃO ATUAL DAS COOPERATIVAS

Segundo publicação da organização das cooperativas brasileiras (OCB) ao fim do ano de 2010 o Brasil já somava um total de 6.652 cooperativas com 9.016.527 cooperados, gerando 298.182 postos de emprego, com uma participação no PIB do Brasil de 6% e exportando diretamente US\$ 4.417 bilhões.

O ramo do cooperativismo mais presente no país são as cooperativas agropecuárias, situadas principalmente no sul do país. Na verdade, se olharmos somente a distribuição da quantidade de cooperativas no território nacional temos a impressão de que a força delas está distribuída da seguinte forma: a potência do país está na região sudeste, seguida de perto pelas regiões sul e nordeste. Essa é uma conclusão errônea.

A região sul do país somada ao estado de São Paulo possuem metade do total de cooperados do país e quase 70% do total de empregados. (OCB, 2011)

Quando falamos em faturamento, o informativo técnico publicado pela OCB (2008), mostra que em 2007 os dois estados que puxaram o faturamento das cooperativas foram Paraná e São Paulo, com respectivamente 25,62 e 21,23% do faturamento total do setor. Se somarmos com os percentuais dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina temos mais de 70% do faturamento total.

Em se tratando de exportações, o mesmo informativo apresenta as seguintes características: no ano de 2007 o estado do Paraná exportou um total (em milhões de dólares) de US\$ 1.052,91 e o estado de São Paulo US\$ 1.073,09, esses números somados nos dão 64% das exportações totais das

cooperativas. Adicionando os valores dos outros estados da região Sul tem-se aproximadamente 80% do total das exportações.

Refletindo os números apresentados podemos perceber que o cooperativismo está mais avançado da região sul do país e no estado de São Paulo. Os estados do Paraná e São Paulo lideram o movimento, principalmente com a produção paranaense de soja e com o setor sucroalcooleiro paulista.

Como conclusões há um cenário otimista para as exportações do setor sucroalcooleiro em função das preocupações ambientais e com a ascensão da agroenergia e também do setor cafeeiro visto que o país é o maior produtor e exportador de café do mundo (OCB, 2008).

Outros importantes aspectos que estão aumentando gradualmente o faturamento das cooperativas são o aumento nos preços das commodities (milho e soja) e o aumento das vendas de carne (bastante forte do estado do Paraná).

Segundo as projeções realizadas pela OCB (2008), o cooperativismo se consolidará como grande força da economia brasileira, através de sustentabilidade e gerando emprego, renda e conseqüentemente qualidade de vida para os cooperados e para as sociedades onde se encontram as cooperativas.

#### 4.3 BENEFÍCIOS AOS COOPERADOS

O objetivo desse trabalho é apresentar a economia solidária, principalmente o cooperativismo, como forma alternativa de formação socioeconômica para a massa trabalhadora. Vimos no item anterior que a situação das cooperativas é boa. De acordo com publicações da OCB o faturamento vem aumentando ano a ano e se suas projeções se mostrarem corretas o cooperativismo vai, em curto prazo, se apresentar como uma potência nacional, tendo participações cada vez maiores e mais expressivas na constituição do PIB brasileiro. A questão para esse tópico é quais as vantagens para as famílias que decidem se aliar as cooperativas? Quais os benefícios que essas estruturas vão proporcionar na vida dos cooperados?

No 61º Fórum de Debates do Projeto Brasil, o então presidente da OCB, Marcio Freitas, apresentou uma pesquisa sobre como as cooperativas estão afetando a qualidade de vida das famílias cooperadas. De acordo com a apresentação há uma enorme diferença de renda, principalmente no setor rural (cooperativas agropecuárias), nesses casos a renda das famílias que não são associadas a cooperativas é em média de R\$ 92 / ha. Já a renda das famílias associadas a cooperativas esta em média R\$ 237 / ha (IBGE 1995/1996). Ainda segundo estimativa feita pela OCB, nos anos de 2004/2005, as cooperativas geraram, em receita, R\$ 38,75 bi a mais do que os produtores gerariam sozinhos e, desse valor R\$ 28,33 bi foram apropriados pelos cooperados em forma de serviços prestados e preços praticados pelas cooperativas.

Ainda sobre renda, há uma expressiva diferença entre os salários pagos pelas cooperativas a seus funcionários em comparação com o resto da economia. Os salários médios das cooperativas são maiores em todas as regiões, sendo a menor diferença a de 45% do salário mínimo (nordeste) e a maior diferença sendo aproximadamente um salário mínimo (centro-oeste) (RAIS/MTE – dez, 2006).

Os benefícios de renda são na maioria das vezes alcançados visto o grande volume que a junção da produção de todos os cooperados alcança. Esse volume faz com que a negociação para comercialização dos produtos seja mais favorável para os produtores. Porém, além dos benefícios de renda, a associação às cooperativas traz outras vantagens, e caso não houvesse as cooperativas, os produtores acabariam, por exemplo (OCB, 2011) por:

- a) Pagar por assistência técnica e serviços especializados - o que não acontece com o associado já que as cooperativas prestam esse apoio;
- b) Teriam uma produtividade menor – visto que ao se associarem as cooperativas os cooperados têm acesso a instituições que propagam as melhores práticas;
- c) Arcariam com um custo mais alto para insumos e serviços – isso porque a cooperativa, negociando quantidades maiores com os fornecedores (visto que negocia para todos os cooperados) consegue melhores preços;

- d) Receberiam um preço menor pelo seu produto – de novo o motivo é a negociação em grandes volumes propiciada pelas cooperativas.

Ainda podemos apontar como exemplo as vantagens que os associados às cooperativas de crédito possuem. Essas cooperativas movimentaram, em operações de crédito, 15,9 bilhões de reais em 2007 (BACEN; BASE: DEZ/07), essas cooperativas se mostram muito atraentes quando examinamos suas taxas de juros, com média de 4,32% a.m. em contraponto as taxas de juros das demais instituições financeiras do mercado de 7,98% a.m. (BACEN, 2011)

Esses empréstimos a taxas mais baixas propiciam aos associados ações que trarão melhorias em seu padrão de vida, como o financiamento de uma safra agrícola, de uma despesa relacionada à saúde, da aquisição de casa própria, entre outros projetos.

As cooperativas de crédito já atingem hoje 10 milhões de brasileiros (OCB) e propiciam melhorias na qualidade de vida da população de diversas cidades. Essas instituições têm como objetivo o microcrédito e geram consumo e circulação de mercadorias, dinamizando a economia das cidades onde se encontram.

As situações apresentadas promovem a idéia que se utilizada de forma correta e livre de interesses individuais, as cooperativas, como exemplos de economia solidária, podem assim trazer benefícios para a sociedade, aumento na sua renda e condições de sustento.

## 5. COOPERATIVAS DE SUCESSO

No decorrer do texto foi apresentada a economia solidária em teoria, seus princípios e objetivos, que mesmo que ainda estejam em processo de amadurecimento, tem como cerne o desenvolvimento sustentável de comunidades e a melhoria do nível de renda dos cooperados de uma forma conjunta, livre de anseios e vícios individuais.

Cabe a esse item apresentar duas cooperativas de sucesso, que dentro de dos padrões elaborados pela teoria e a partir de seus próprios objetivos atingiram o sucesso e prosperaram a comunidade em que se encontram.

### 4.1 COOPERATIVA AURORA<sup>1</sup>

A história da Cooperativa Central Oeste Catarinense – Aurora começa em 1969, ano em que oito cooperativas do oeste catarinense decidiram se juntar com o objetivo de conseguir espaço no mercado de suínos - atividade das cooperativas em questão.

Hoje a instituição pode ser considerada como uma central de cooperativas, que une 13 cooperativas menores que somados o número de cooperados chegam-se a aproximadamente 70 mil cooperados. Além desses associados a Aurora ainda conta com 15 mil funcionários.

O foco da cooperativa também se modificou durante os anos, no princípio só trabalhava-se com a produção e comércio de suínos e derivados. Atualmente, além de seu produto inicial, também esta presente no ramo de aves, pizzas e laticínios.

A Brazilian Chicken – associação de 32 dos maiores produtores avícolas do país, e que tem como intuito aumentar a exportação de aves – em seu relatório anual de 2010 aponta que a Cooperativa Aurora como responsável por 1,60%

---

<sup>1</sup> As informações utilizadas para a composição desse item foram conseguidas através de conversar informais com um dos cooperados e dois funcionários, que se mostrarão bastante satisfeitos com a cooperativa e no site da instituição.

(um total de 57.977 toneladas) das exportações líquidas de carnes do país (BRAZILIAN CHICKEN, 2010).

Sobre sua responsabilidade com a comunidade, a cooperativa aurora possui diversos programas para propagar o bem estar dos seus funcionários e familiares. Como exemplo tem-se o programa da empresa para grávidas, onde uma equipe de diversos profissionais da saúde mantém as gestantes informadas sobre cuidados na gestação e com o recém-nascido. Para garantir o bem estar e segurança dos filhos dos funcionários a empresa possui convênios com pediatra e creches, que não custam nada ao funcionário quando são encaminhados por alguma das assistentes sociais da cooperativa.

A cooperativa também traz benefícios para os cooperados, promovendo, por exemplo, o programa QT Rural, onde os produtores rurais recebem treinamento para aumentar sua produtividade através das melhores práticas. A cooperativa atualiza sempre o programa e os associados estão sempre recebendo atualizações sobre as novas tecnologias disponíveis para aperfeiçoar a cultura do seu produto específico. Para garantir o programa a Aurora possui parcerias com centros de educação como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

O programa QT Rural informatiza o campo e faz crescer a produção, transformando o produtor rural em um empresário e trazendo outros benefícios em cadeia para a sociedade já que com o aumento da capacidade de produção o produtor rural deverá aumentar sua necessidade de insumos e funcionários.

Além dos programas citados a cooperativa promove o bem estar dos funcionários e cooperados através de outras atividades. Mas em resumo o comprometimento com o a qualidade de vida dos funcionários e cooperados é visível.

## 5.2 COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

De acordo com a 38ª edição da revista Exame Maiores e Melhores, a COAMO Cooperativa Agroindustrial é a terceira maior empresa do Brasil do setor de produção agropecuária e a maior cooperativa do ramo.

Segundo o site da instituição, o início da cooperativa se deu através de um grupo de produtores rurais que se encontravam sem renda visto o fim do ciclo da madeira na região de Campo Mourão/PR. Os agricultores não possuíam conhecimento para começar nenhuma nova cultura, porém, precisavam de uma nova fonte de renda.

Nesse cenário, o engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini que possuía conhecimentos do cultivo de trigo, agrega os agricultores e lhes ensina as melhores práticas. Após a assimilação dos produtores rurais dos caminhos para a produção de trigo, eles precisavam encontrar espaço no mercado para vender seu produto, por esse motivo, em 1969, surge a COAMO, uma associação de 79 agricultores com sede na cidade de Campo Mourão.

Atualmente uma diretoria eleita pelos cooperados comanda a instituição, porém, duas vezes ao ano, a diretoria se reúne com os cooperados para apresentar os processos de tomada de decisões, debaterem as principais questões que estão atingindo a cooperativa, apresentar um quadro atualizado da agricultura nacional e, por fim, apresentar as novidades em relação ao cultivo a fim de aumentar a produtividade e renda dos cooperados.

Ao fim de 2010 a COAMO já possuía mais de 22 mil agricultores associados e mais de 5 mil funcionários diretos. Esse exemplo de cooperativismo já alcançou mais de 100 mil pessoas entre cooperados, funcionários e sociedade, trazendo benefícios para a vida de todos.

Em números de 2002 a receita anual foi de R\$ 4,78 bilhões, produziu 5,58 milhões de toneladas de produtos agrícolas e exportou um valor total de US\$ 761,61 milhões.

### 5.2.1 Comprometimento com os cooperados

Com a visualização dos números mencionados consegue-se ter um panorama da importância econômica que a cooperativa alcançou. O mais

importante é que, junto com o crescimento do faturamento e do volume de vendas, a COAMO vem aumentando e dinamizando os projetos que trazem benefícios aos cooperados.

Um dos exemplos desse comprometimento com os associados é o centro de treinamento agrícola mantido pela cooperativa. Esse centro visa manter atualizado o produtor rural, capacitando a mão de obra dentro do que há de mais atualizado dentro da sua especificidade. Centenas de opções de cursos são ministrados para cooperados, familiares e funcionários com o objetivo de prepará-los para o uso correto de máquinas, insumos e técnicas de plantio. Minimizando suas perdas e maximizando sua renda.

Além dos cursos voltados para a agricultura, o centro de treinamento da COAMO possui cursos direcionados a ajudar o produtor rural a melhorar sua qualidade de vida, tais como: economia doméstica, higiene do lar e indústria caseira.

Também se deve ressaltar o grupo de profissionais especialista em agroindústria que a COAMO mantém para prestar consultoria para seus associados. Esse grupo é composto por engenheiros agrônomos, veterinários, técnicos em agropecuária, entre outras especialidades, que tem como objetivo dar assistência técnica ao cooperado desde o planejamento da produção até a comercialização da mesma. Essa equipe de profissionais é o principal elo entre cooperativa e cooperado e é responsável por indicar aos produtores qual a melhor alternativa de produção para cada caso.

O produtor rural associado a COAMO ainda pode contar com a ajuda da cooperativa para modernizar sua produção, investindo em equipamentos e insumos modernos. Para isso, a COAMO disponibiliza linhas de crédito mais acessíveis do que as demais instituições financeiras.

Além dos benefícios já mencionados, a COAMO ainda tem em vigor outros projetos que visam aumentar a renda que o produtor rural tira da sua terra, alguns exemplos podem ser mencionados:

- a) Projeto Colono: educa os agricultores na cultura de produtos básicos para sua subsistência, tais como leite, aves, hortas, entre outros. Fazendo assim com que o cooperado aprenda a produzir o que

necessita para o próprio consumo, sem prejudicar a sua atividade principal.

- b) Projeto de Gerenciamento Rural na Ponta do Lápis: educa os cooperados dentro de sua realidade financeira, fazendo com que ele visualize seus custos, seja de produção, seja familiares, a fim de alcançar um melhor gerenciamento da propriedade como um todo e profissionalizar sua atividade rural.
- c) Projeto Gado Leiteiro e Projeto Gado de Corte: ambos objetivam melhorar a qualidade do rebanho do associado. O primeiro provendo o associado de insumos e financiando a compra de até cinco animais da melhor qualidade para procriar e melhorar o rebanho. O segundo propagando técnicas de cruzamento industrial e confinamento.

## 6. CONCLUSÃO

Através da análise da situação atual das cooperativas no Brasil e de alguns casos de sucesso, considera-se que é possível a criação de instituições solidárias que propiciem melhora na qualidade de vida da população no campo, ou mesmo na área urbana. Cooperativas como a Aurora e a COAMO trouxeram desenvolvimento e riqueza não só para os cooperados, mas para toda a sociedade onde estão situadas, por meio de geração de emprego e renda e da dinamização da economia local.

A teoria da economia solidária ainda necessita de moldura, porém, traz princípios nobres do ser humano, como solidariedade, sustentabilidade, justiça social e igualdade. Se as pessoas conseguirem se utilizar da idéia de promover o bem individual sem sacrificar o bem coletivo, há então uma alternativa para as dificuldades que povo brasileiro tem enfrentado para conseguir seu sustento.

A situação da maioria da população, conforme mostrado no capítulo 3, não está confortável. Chefes de família trabalham em turnos de oito horas diárias, algumas vezes arrastando essa carga horária através de hora extra ou um segundo emprego, a fim de conseguir ao menos sustentar sua família nas necessidades mais básicas como alimento, moradia e saúde, sendo que em um número considerável de vezes não conseguem prover sua família sozinho, precisando recorrer ao governo a fim de conseguir ajuda através dos programas de transferência de renda.

O que não se pode deixar de registrar é a corrupção que, infelizmente, consegue-se encontrar mesmo em cooperativas que, *a priori*, nunca deveriam priorizar o enriquecimento individual, mas sim o desenvolvimento coletivo.

Um dos casos que esteve na mídia no ano de 2010 foi da Bancoop – Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo. Essa cooperativa foi, a principio, criada com o objetivo de conseguir baratear imóveis habitacionais para os cooperados. Porém, uma investigação do Ministério Público apurou desvio de verbas onde se concluiu que, o intuito original para os criadores da instituição, foi financiar campanhas políticas de um partido específico. Nesse caso os dirigentes

da instituição arrecadaram 100 milhões de reais de 15 mil famílias <sup>2</sup> e então declararam falência, nunca entregando os imóveis esperados.

Outro exemplo é a adulteração de leite e outros laticínios pelas cooperativas Casmil e Cooperavale. Nesse caso, uma investigação da Polícia Federal (denominada “Ouro Branco”) descobriu que o leite era entregue pelos associados à cooperativa e, somente depois de estar em posse dos dirigentes, o leite era adulterado com o objetivo de aumentar seu volume e esconder sua má qualidade. Além disso, os dirigentes vendiam os produtos a um preço específico que não repassavam inteiramente aos associados, desviando a diferença para suas contas particulares e adulterando também as demonstrações financeiras a fim de não ser descobertos (FOLHA ONLINE).

Em ambos os casos se ignora princípios básicos da economia solidária e, conseqüentemente, do cooperativismo. A começar que dirigentes, visando o enriquecimento pessoal, abandonaram o princípio em que o bem coletivo é o que move esse tipo de instituição e, prejudicando os demais associados, buscaram objetivos individuais, seja o financiamento de campanhas políticas, seja o enriquecimento.

Um dos aspectos mais importantes dentro de uma instituição solidária é a reprodução dos ganhos, igualmente, entre todos os cooperados. Algo que foi explicitamente ignorado pelos dirigentes em questão.

Há ainda a violação do comprometimento com o bem estar de toda a sociedade. Ao adulterar o leite, e vender um produto com má qualidade, as cooperativas Casmil e Coopervale prejudicam um número incontável de pessoas, algo que vai contra a preservar o bem estar de todo o sistema.

Uma teoria econômica que pode ajudar a justificar como os dirigentes das cooperativas em questão conseguiram priorizar seus interesses individuais é a teoria da assimetria de informações de Stiglitz (1985). Nesse caso, em uma transação entre agentes (nesses casos podemos falar de dirigentes e cooperados), um deles detém mais informações sobre o processo (dirigentes) que outro. Essa assimetria de informações resulta em uma falha de mercado, que propicia aos agentes com maior nível de informação a possibilidade de extrair vantagens dos agentes com menor nível de informação.

---

<sup>2</sup> Folha Online, 30 de agosto de 2011

Apesar de que, aparentemente, nas duas situações, os cooperados nada sabiam sobre a corrupção e foram apenas lesionados, não ganhando nada com ela, ainda cai sobre eles parte da responsabilidade sobre o ocorrido.

Um dos deveres dos cooperados é justamente eleger uma diretoria de confiança e acompanhar todo o processo pelo qual a cooperativa anda, desde o recolhimento da produção dos cooperados até a entrega aos compradores. Essa é uma das maiores armas que as instituições solidárias possuem contra a corrupção, um número enorme de observadores do processo, que fazem com que a descoberta de qualquer irregularidade seja muito mais fácil. Dessa forma, se todos os associados das cooperativas em questão estivessem atentos ao processo, seria muito mais complicado e arriscado aos dirigentes perseguirem seus anseios individuais.

De qualquer forma, se o trabalhador for capaz de colocar o coletivo na frente do individual e entender que acompanhar o processo como um todo é mais benéfico do que trabalhoso, as economias solidárias são capazes de propiciar melhores níveis de renda e qualidade de vida.

O importante a se entender, é que, os exemplos de instituições solidárias que possuímos hoje não são de todo compatíveis com as teorias. De acordo com as entrevistas feitas, apesar das assembleias, estatutos e ideologias abraçadas pelas cooperativas, ainda há certo de nível de hierarquia dentro delas. Em grande parte das vezes, fazendeiros com maior quantidade de terras tomam decisões por todos os cooperados, sem que esses tenham direito de discordar.

Ainda existe um longo caminho para percorrer, com o intuito de se aproximar do que as teorias idealizam, porém, o que se adquire ao tornar-se um cooperado pode, apesar dos contratemplos, ser benéfico aos trabalhadores. Cabe a cada um deles o exame e a conclusão se essa é a sua situação ou não.

## 7 REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ranking das Taxas de Operação de Crédito. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/menuopercred-internet-ranking.asp?idpai=> >. Acessado em 10/10/2011

BRAZILIAN CHICKEN. Relatório Anual 2009/2010. Disponível em < <http://www.brazilianchicken.com.br/publicacoes/relatorio-anual-2010.pdf> >. Acessado em 14/10/2011

FERREIRA, F.H.G. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional. *Texto Para Discussão*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, n. 415, fevereiro, 2000.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia análise e dados*. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002b, v. 12, n. 1, jun. 2002.

IBGE, Censo 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010> >. Acessado em 12/11/2011

IBGE, Série: PD384 - Taxa de analfabetismo funcional. Disponível em < <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD384&sv=8&t=taxa-de-analfabetismo-funcional> >. Acessado em 07/11/2011.

IPEA, Renda, desigualdade, coeficiente de Gini. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acessado em 12/11/2011

LAVILLE, J. *Economía Social y Solidaria: una visión europea*. Buenos Aires, Altamira: 2004. 288 páginas

MARX, K. (1818-1883). O capital: crítica da economia política: Livro I. 23ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 966 páginas.

MATOS, A.M. Informativo Técnico nº 13. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. A Economia Solidária. Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria> >. Acessado em 25/10/2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relatório Anual De Informações Sociais: RAIS 2006. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007

OLIVEIRA, C. A. B. Ajuste Fiscal e Política Social. In: Eduardo Fagnani; Marcio Pochmann. (Org.). Debates Contemporâneos - Economia Social e do Trabalho: Mercado de Trabalho, Relações Sindicais, Pobreza e Ajuste Fiscal. 1 ed. São Paulo: LTr, 2007, v. 1, p. 45-48.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Histórico do Cooperativismo. Disponível em < [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br) >. Acessado em 19/11/2011

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Sobre o Cooperativismo. Disponível em < [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br) >. Acessado em 19/11/2011

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações. São Paulo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010.

QUADROS, W. Melhorias Sociais no período de 2004 a 2008. *Texto Para Discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 176, maio. 2010

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH. A. (1776). A Riqueza Das Nações. 1º edição. São Paulo: Momento Atual, 2003. 512 páginas